

Comissão negocia cortes no Orçamento do próximo ano

“O sacrifício dos três Poderes terá de ser proporcional ao peso de cada um”, afirma o presidente da CMO, que inicia esforço para adequar a proposta orçamentária à perda de receita decorrente da rejeição da CPMF

Gerardo Magela



Pimentel (E) e Maranhão pedem à ministra Ellen Gracie que indique os cortes que devem ser feitos na previsão de gastos do Supremo Tribunal Federal

O presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), senador José Maranhão (PMDB-PB), disse que seria exagerado um corte pela metade nas emendas coletivas do Congresso ao Orçamento de 2008. O ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, sugeriu o corte total das emendas coletivas para compensar a perda de arrecadação com o fim da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

– O sacrifício dos três Poderes terá

de ser proporcional ao peso de cada um. Quem tem o maior orçamento obviamente deve cortar os maiores valores – afirmou Maranhão.

As emendas coletivas somam cerca de R\$ 12 bilhões. As individuais se aproximam de R\$ 4,7 bilhões.

José Maranhão e o relator-geral do projeto orçamentário, deputado José Pimentel (PT-CE), encontraram-se ontem à tarde com a presidente do Supremo Tribunal Federal, ministra Ellen Gracie, para pedir-lhe que tome a iniciativa de propor os cortes

em sua área. Os dois parlamentares visitarão outros presidentes de tribunais com a mesma finalidade. No início da tarde, estiveram com o ministro do Planejamento.

Pimentel informou que, de posse das sugestões dos três Poderes e do Ministério Público Federal, vai adequar o Orçamento que está no Congresso à queda de receita decorrente da extinção da CPMF – cerca de R\$ 40 bilhões. Ponderou, no entanto, que a palavra final caberá ao Congresso.

PEDRO SIMON

O Congresso Nacional deve se reunir em janeiro e fevereiro para discutir uma proposta de reforma tributária

MÃO SANTA

Podemos dizer que o Senado e o povo do Brasil enterraram a CPMF. O dinheiro está aí, está no Brasil

EXPEDITO JÚNIOR

O momento, de reconstrução da imagem do Senado, deve ser também de reconstrução da base do governo na Casa

PAPALÉO PAES

Rejeição da CPMF foi a derrota da irresponsabilidade, da arrogância, da improvisação, da esperteza e da hipocrisia

ALVARO DIAS

Não há hipótese de aceitarmos a alternativa de reposição da carga que pesava sobre os ombros do cidadão

JOSÉ AGRIPINO

A população está agradecida ao Senado. Estaríamos arrependidos de quê? De ter feito algo bom?

PÁGINA 4

Um conselho contra o comércio desleal

Francisco Dornelles quer criar órgão para proteger a indústria nacional. **Página 2**



José Araújo

Parlamento do Mercosul discutirá importação de pneu recauchutado

A importação de pneus recauchutados será debatida pela Comissão de Assuntos Jurídicos e Institucionais do Parlamento do Mercosul, que ontem marcou nova reunião para fevereiro em Assunção. **Página 3**

O senador Mesquita Júnior (C) participa de reunião do Parlamento em Montevideu



Suplicy relata sua visita a dom Cappio, que faz greve de fome

Suplicy quer mais debate sobre transposição

Ao relatar sua visita no fim de semana ao frei Luiz Flávio Cappio, bispo da Diocese de Barra (BA), Eduardo Suplicy (PT-SP) defendeu o aprofundamento dos debates sobre o projeto de transposição das águas do rio São Francisco. O bispo faz sua segunda greve de fome em protesto contra o projeto.

– Ele quer que, antes da transposição, sejam realizadas as obras de revitalização, segundo as recomendações da Agência Nacional das Águas e da Articulação do Semi-Árido – explicou o senador.

Suplicy leu texto do geógrafo Aziz Ab'Sáber alertando para a possibilidade de a transposição atender sobretudo a grandes proprietários rurais em detrimento da população pobre. O geógrafo não acredita que a obra resolveria os grandes problemas sociais da região semi-árida.

Ele anunciou que deve se encontrar hoje com o deputado Ciro Gomes (PSB-CE) para ouvir seus argumentos favoráveis à continuidade das obras de transposição.

Senador apresenta projeto para instituir conselho com o objetivo de proteger setor contra a prática, por outros países, de formas de concorrência condenadas pela OMC, como o *dumping*

Dornelles quer defesa da indústria brasileira contra práticas desleais

A criação de um órgão com o objetivo de proteger a indústria nacional contra “práticas desleais” utilizadas por outros países no comércio mundial foi proposta por Francisco Dornelles (PP-RJ). O senador apresentou um projeto de lei para instituir o Conselho de Defesa Comercial.

– Hoje, quando entra um produto subsidiado por mecanismos condenados pela Organização Mundial do Comércio [OMC], a empresa brasileira pede a colocação do direito compensatório ou da medida *antidumping*, mas leva-se muito tempo para colocar o direito provisório. De modo que, quando se coloca, a empresa brasileira praticamente não resistiu ao impacto das importações subsi-



Dornelles sugere aplicação de medidas compensatórias e leis *antidumping*

diadas – explicou.

O conselho também poderá estabelecer diretrizes e procedimentos para investigações relativas a práticas desleais de comércio exterior.

Segundo Dornelles, grande quantidade de produtos (principalmente de países asiáticos) entram hoje no Brasil beneficiados por práticas como o *dumping*, que é a venda de produtos com preços muito baixos, com o objetivo de prejudicar ou eliminar a concorrência.

O projeto (PLS 715/07) institui o conselho, composto por um presidente e seis conselheiros, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento. O ministério indicará três membros e o presidente; e a Confederação Nacional da Indústria (CNI), a Confederação Nacional do Comércio (CNC) e a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) indicarão, cada uma, um membro, que passará pela aprovação do ministério.

Augusto: tráfico de armas e drogas preocupa população nas fronteiras

Um levantamento dos principais problemas vividos pelas comunidades das áreas de fronteira do Brasil com outros países na região Norte, entre os quais o tráfico de drogas e armas, foi apresentado por Augusto Botelho (PT-RR).

O senador pediu “ação enérgica por parte dos órgãos de segurança”. No entender de Augusto, a Amazônia não está suficientemente protegida e os cuidados para manter íntegro o território brasileiro na área deveriam ser condizentes com o valor atribuído internacionalmente à região. Ele citou dados publicados pela

revista *Veja* mostrando que 82,6% dos militares consultados por pesquisa CNT/Sensus acreditam que a Amazônia corre risco de sofrer ocupação estrangeira e que a maioria dos civis (72,7%) compartilha dessa idéia.

De acordo com o senador, o Exército brasileiro conta com 190 mil homens, sendo que apenas 25 mil estão na Amazônia, e os militares das três Forças nas áreas de fronteira não superam os 10% do contingente total.

– É inquestionável que a região necessita de um contingente militar proporcional às suas



Augusto defende aumento do contingente militar que protege a Amazônia

dimensões territoriais, sem o qual corre-se um sério risco de expansão das atividades ilegais já observadas atualmente, como o crime organizado, o narcotráfico, o tráfico de pessoas e de espécimes animais e de nossa flora, entre outros – afirmou.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Garibaldi reúne líderes

Às 11h, em seu gabinete, o presidente Garibaldi Alves Filho participa de reunião com líderes de partidos na Casa e, às 14h, dirige a sessão ordinária deliberativa.

Indicações para o Cade

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) debate, às 10h, projetos relativos a operações de crédito e aditivos que envolvem interesses de estados e municípios. Também votará nomes para o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

Ministros examinam situação das prisões

Às 9h a Comissão de Direitos Humanos (CDH) realiza audiência sobre a situação de prisões que reúnem adolescentes, mulheres e homens na mesma cela. Estão convidados os ministros da Justiça, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos e da Secretaria de Políticas para as Mulheres; e o presidente do Conselho da OAB.

Sistema ferroviário é tema de debate na CI

A situação do transporte ferroviário será tema de audiência, às 10h, na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI). Devem participar do encontro os ministros Nelson Jobim, da Defesa, e Alfredo Nascimento, dos Transportes.

Bacias hidrográficas

Proposta que estabelece retribuição aos produtores rurais que executem boas práticas de preservação das bacias hidrográficas está na pauta da Comissão de Meio Ambiente (CMA), que se reúne às 11h30.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Alvaro Dias

1º Secretário: Efraim Moraes

2º Secretário: Gerson Camata

3º Secretário: César Borges

4º Secretário: Magno Malta

Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves

Diretor do Jornal do Senado: Davi Emerich (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Cirilo Quartim e Leif Bessa

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Augusto Botelho, Papaléo Paes e Gilvam Borges

Leopoldo Silva



Maciel: arquiteto irá participar, por meio de videoconferência, de sessão do Senado

Marco Maciel lembra centenário de Oscar Niemeyer

O senador Marco Maciel (DEM-PE) lembrou ontem o centenário de nascimento do arquiteto Oscar Ribeiro de Almeida Niemeyer Soares Filho, comemorado no último dia 15.

— É certamente uma unanimidade nacional e, talvez, no território da cultura, ciência e artes, o cidadão pátrio mais admirado no exterior — disse o parlamentar, ao ressaltar que o arquiteto, que mora no Rio de Janeiro, participará por meio de videoconferência da sessão especial do Senado que irá homenageá-lo na quinta-feira, às 11h.

Maciel lembrou também a realização, nos dias 6 e 7 de dezembro, na Universidade de Brasília (UnB), de seminário internacional sobre a obra do artista. Na condição de presidente da Fundação Oscar Niemeyer, o senador participou do evento e discursou a respeito da arquitetura moderna e suas escolas, como Le Corbusier, na França e na Suíça; o movimento da Bauhaus de Walter Gropius, na Alemanha; e de Frank Lloyd Wright, nos Estados Unidos, aos quais, logo cedo, uniu-se o jovem Oscar Niemeyer.

Arquiteto, escultor e artista sempre atento às novas formas, Niemeyer era um “escultor do concreto armado” que ama a curva, que pode ser “lógica e graciosa, se bem construída e estruturada”, afirmou Maciel, que o conhece desde 1976. O senador disse ainda que Niemeyer está em 9º lugar na seleção dos cem gênios do século 20, elaborada há alguns meses por um grupo de especialistas, na Inglaterra.

Votação da proposta que prorroga a DRU, homenagem a Niemeyer e audiências públicas são as principais atividades

Senado tem agenda movimentada na semana

Os senadores terão uma agenda de muitas atividades em Plenário e nas comissões nesta última semana antes do recesso parlamentar. Na quinta-feira, eles realizam sessão especial para celebrar os 100 anos do arquiteto Oscar Niemeyer. Em sessão deliberativa marcada também para quinta, mas que poderá ser antecipada, o Plenário examina a proposta que prorroga até 2011 a Desvinculação de Receitas da União (DRU). Estão previstas ainda para esta semana três audiências públicas e reuniões de seis comissões permanentes. Os parlamentares que integram a Comissão Mista de Orçamento (CMO) participam do término das votações dos relatórios setoriais do Orçamento 2008.

Na pauta da sessão deliberativa de hoje, constam 59 proposições, além de nove requerimentos extrapauta. Entre as matérias a serem examinadas pelos senadores, estão 14 propostas de emenda à Constituição, incluindo a que determina o período integral para o ensino fundamental (PEC 94/03), que tem a quinta sessão de



O Plenário deve votar proposta que institui turno integral nas escolas públicas

discussão em primeiro turno.

Debates

Também estão previstas para a semana três audiências públicas com autoridades e especialistas. Hoje, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) promove debate sobre as denúncias de prisões de mulheres em celas com homens. A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) realiza hoje audiência sobre a situação do transporte ferroviário no Brasil.

Amanhã, a Subcomissão Permanente de Promoção, Acompa-

nhamento e Defesa da Saúde, que funciona no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), realiza debate sobre a carência no país de material radioativo necessário para diagnosticar várias doenças.

Comissões

As comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) têm reuniões marcadas para hoje. Na pauta da CAE, formada por 12 itens, todos não terminativos, constam sete pedidos de contratação de crédito extraordinário

Parlamento do Mercosul debate importação de pneus recauchutados

A importação de pneus recauchutados será debatida no fim de fevereiro, em reunião da Comissão de Assuntos Jurídicos e Institucionais do Parlamento do Mercosul que deverá ocorrer em Assunção, no Paraguai. A decisão foi tomada ontem, em reunião da comissão em Montevideu, no Uruguai, durante a qual ficou acertada a realização de uma visita oficial dos integrantes do colegiado à sede do Tribunal Permanente de Revisão do bloco, também em Assunção.

No encontro de fevereiro, estará em discussão projeto de disposição apresentado pelo parlamentar paraguaio Efraín Alegre, por meio do qual ele solicita a criação de comissão especial de estudo e diagnóstico para debater o assunto. Assim que a comissão decidiu realizar a visita ao tri-

bunal, Efraín Alegre sugeriu que se aproveitasse a presença dos parlamentares em Assunção para se promover debate entre eles e os representantes das oito empresas paraguaias de produção de pneus recauchutados.

Presente à reunião, o senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) disse que a delegação brasileira não se oporá à discussão das restrições à importação, pelo país, de pneus recauchutados. Segundo ele, o Parlamento do Mercosul poderá apresentar uma contribuição para a resolução das controvérsias.

Já o deputado Max Rosenmann (PMDB-PR) defendeu as indústrias de remodelagem de pneus, sob o argumento de que os fabricantes de pneus novos constituem um cartel e produzem pneus que



Comissão de Assuntos Jurídicos e Institucionais analisa projeto sobre o tema em fevereiro

duram apenas 30 mil quilômetros, quando poderiam ser capazes de resistir a 80 mil quilômetros.

Na justificativa de seu projeto, Efraín Alegre critica o governo brasileiro por estabelecer uma cota de importação de 120 mil

para diversos órgãos públicos e três indicações para o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). Já a CMA deve deliberar terminativamente sobre cinco proposições, de uma pauta composta de seis itens. Entre os projetos em exame, destaca-se o PLS 142/07, que dispõe sobre remuneração a agricultores que adotarem práticas de preservação de recursos naturais.

Outras três comissões — de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT); de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ); e de Assuntos Sociais (CAS) — têm reuniões amanhã. Na agenda desta última, consta projeto que dispõe sobre mecanismos de valorização do salário mínimo (PLC 42/07).

Na quinta-feira, está prevista reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). O primeiro item da agenda é o PLS 55/05, de Marcelo Crivella (PRB-RJ), que prevê a criação do Dia da Celebração Brasil-Argentina. A matéria recebeu parecer favorável do relator, Pedro Simon (PMDB-RS).

June Araújo

Mário Couto cobra reajustes maiores para aposentados

Mário Couto (PSDB-PA) cobrou ontem do presidente Lula mais sensibilidade em relação à situação dos aposentados brasileiros. Ele lembrou que essa categoria tem sido preterida quanto ao reajuste de seus benefícios, que estão aquém da correção do

salário mínimo, o que diminui gradativamente o poder de compra. O fato, opinou, demonstra a falta de capacidade de gestão do governo atual.

O senador explicou que o índice de reajuste das aposentadorias não tem chegado à metade

do índice de reajuste do salário mínimo, que já é muito baixo. Em 2006, por exemplo, disse o parlamentar, o aumento do mínimo foi de 16,77%, enquanto as pensões e aposentadorias ficaram em apenas 5%.

Mário Couto acusou o presi-

dente Lula de receber uma alta aposentadoria, no valor de R\$ 8 mil, decorrente de decisão da Justiça sobre anistiados do regime militar. Ele elogiou a coragem do líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), na discussão e votação da prorrogação da CPMF.

Fotos: Leopoldo Silva



Mão Santa observa que “o Luiz Inácio já baixou a bola”

Para Mão Santa, Senado e povo enterraram CPMF

Mão Santa (PMDB-PI) disse ontem que, ao rejeitar a prorrogação da CPMF, o Senado agiu em sintonia com a vontade popular e fez bem em não aceitar a proposta de negociação apresentada à última hora pelo presidente Lula.

– Podemos dizer que o Senado e o povo do Brasil enterraram a CPMF. O dinheiro está aí, está no Brasil. O Luiz Inácio já baixou a bola.

O senador mostrou-se satisfeito ao afirmar que o presidente repreendeu o ministro da Fazenda, Guido Mantega, por este ter anunciado que um novo imposto substituiria a CPMF. Disse ainda que Mantega teria errado ao formular a proposta de mudança na aplicação dos recursos da CPMF encaminhada ao Senado.

Suplicy lê nota de esclarecimento de Guido Mantega

Eduardo Suplicy (PT-SP) leu nota de esclarecimento feito pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega, a respeito de declarações que deu sobre medidas em estudo para compensar a perda dos recursos da CPMF. O senador lamentou que as manchetes dos jornais tenham gerado reações contrárias a Mantega “num momento sensível de negociações”.

Segundo a nota, Mantega não afirmou em momento nenhum que um novo imposto seria criado por meio de medida provisória: “o ministro reafirma que a discussão sobre um novo tributo permanente voltado exclusivamente para a saúde terá que passar por uma ampla discussão dentro do governo e com o Congresso Nacional”.

Senador apela a Garibaldi Alves para que converse com o presidente Lula e líderes de todos os partidos visando convocar o Congresso em janeiro

Simon quer discussão já sobre reforma tributária

Pedro Simon (PMDB-RS) apelou ontem ao presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, para que mova esforços no sentido de fazer uma convocação extraordinária do Congresso Nacional em janeiro com o objetivo de discutir, nesse mês e em fevereiro, uma proposta de reforma tributária para o país.

Simon pediu que Garibaldi Alves converse com o presidente Lula e com os líderes de todos os partidos no Senado para tentar a convocação do Congresso.

O senador afirmou que o “anárquico” sistema tributário brasileiro faz com que a arrecadação de tributos recaia preponderantemente



Simon: arrecadação de tributos recai sobre os assalariados

sobre trabalhadores assalariados que têm menos condições de pagar, enquanto as grandes empresas e banqueiros compensam a carga tributária de diversas maneiras. Ele criticou também a concentração de receitas tributárias nos co-

fres da União, fazendo com que estados e municípios dependam excessivamente do governo federal.

Fernando Henrique

Simon cobrou do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso explicações sobre seu suposto envolvimento na decisão dos senadores tucanos de votar contra a prorrogação da CPMF.

Em apartes, Alvaro Dias (PSDB-PR) e Mário Couto (PSDB-PA) negaram ter conhecimento de interferência do ex-presidente nas negociações sobre a CPMF. Mão Santa (PMDB-PI) destacou o importante papel desempenhado por Fernando Henrique na estabilização econômica.

Agripino: população está agradecida ao Senado

Rebatendo notícias de que a oposição estaria arrependida de ter impedido a prorrogação da CPMF e poderia apoiar um pacote de novos impostos, o líder do Democratas, senador José Agripino (RN), declarou que não há por que a oposição se arrepender de “ter colocado R\$ 40 bilhões nas mãos dos brasileiros”.

– O Senado conseguiu ganhar uma em nome da sociedade. A população está agradecida ao Senado. Estaríamos arrependidos de

quê? De ter feito algo bom para a sociedade?

Agripino disse que, com o retorno da arrecadação da CPMF às pessoas e às empresas, o Brasil poderá entrar em um círculo virtuoso na economia, pois os financiamentos ao consumidor vão diminuir 0,38% – a alíquota da contribuição – e as empresas terão mais recursos para se capitalizar e crescer. Com isso, na avaliação do senador, crescerá a arrecadação de outros impostos que vão beneficiar



Oposição colocou R\$ 40 bi nas mãos dos brasileiros, diz Agripino

estados e municípios.

Em apartes, Mão Santa (PMDB-PI) e Expedito Júnior (PR-RO) defenderam o fim da CPMF. Já Eduardo Suplicy (PT-SP) ressaltou a destinação social dos recursos da contribuição.

Expedito Júnior diz que momento é de diálogo

O momento agora é propício para governo e oposição dialogarem, segundo Expedito Júnior (PR-RO). Ele acrescentou que este é também o momento da reconstrução da imagem do Senado perante a sociedade e da reconstrução da base do governo na Casa.

Expedito Júnior, que votou contra a prorroga-



Expedito Júnior: posição contra a CPMF desde agosto

ção da CPMF, desmentiu notas publicadas pela imprensa de que ele teria negociado benefícios com o governo federal para votar a favor da prorrogação.

Saúde precisa de recursos permanentes, afirma Papaléo

Papaléo Paes (PSDB-AP) disse ontem que a área da saúde precisa de recursos permanentes, que só poderão ser garantidos por meio da regulamentação da Emenda à Constituição 29, e que o governo subestimou o Senado na votação da prorrogação da CPMF. Ele salientou que a saúde não pode viver na expectativa da prorrogação ou não de um imposto provisório.

O senador leu artigo publicado no domingo no jornal paraense *O Liberal* em que o jornalista Augusto Nunes afirma que, se o presidente Lula fosse realmente um estadista, teria se preparado para o



Papaléo: verba só será garantida com regulamentação de emenda

fim da CPMF.

Papaléo Paes ainda lamentou a notícia de que garimpeiros estão trocando meninas índias de até 11 anos de idade por drogas no município de Tucano, no Amapá.

Alvaro adverte que PSDB não aceita novos impostos

Alvaro Dias (PSDB-PR) advertiu ontem que seu partido não compactuará com qualquer alternativa proposta pelo governo que implique aumento de impostos.

– Não há hipótese de aceitarmos a alternativa de reposição da carga que retiramos e que pesava exageradamente sobre os ombros do cidadão brasileiro – disse o parlamentar, referindo-se à rejeição, na última quinta-feira, da proposição que previa a prorrogação da CPMF.

Alvaro Dias criticou o ministro da Fazenda, Guido Mantega, por defender



Alvaro Dias critica Guido Mantega por defender recriação da CPMF

a recriação do tributo, e afirmou que o país já arrecada dinheiro suficiente.

– O governo é gastador e perdulário. Cria estruturas desnecessárias, cargos comissionados e ministérios – assinalou.

Paim: emendas privilegiaram os municípios mais pobres

Paulo Paim (PT) apresentou ontem um resumo de suas atividades ao longo do ano. Ele destacou as emendas que apresentou ao Orçamento da União de 2008 para beneficiar os municípios do estado que representa, o Rio Grande do Sul. O senador explicou que procurou privilegiar os municípios mais pobres, “levando sempre em consideração o Índice de Desenvolvimento Humano

[IDH]”.

Já sobre as emendas que apresentou por meio das comissões, Paulo Paim declarou que seu critério foi o de “beneficiar as prefeituras e mesmo os estados de todo o país que implementem políticas públicas para as pessoas com deficiência, os idosos, as crianças, os desempregados, os índios, as mulheres e as ações que combatam todo tipo de preconceito”.